



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Ferreira, Guilherme Fraissat Mamede; Correia, Isabel Freire; Lopes, Ivonete da Silva
Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática
(2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo
O Social em Questão, vol. 1, núm. 57, 2023, Septiembre-Diciembre, pp. 43-68
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio De Janeiro, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552275817003>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática (2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo

Guilherme Fraissat Mamede Ferreira¹

Isabel Freire Correia²

Ivonete da Silva Lopes³

Resumo

Apresenta-se uma revisão sistemática sobre interseccionalidade no ambiente rural. O conceito “rural” considera a multifuncionalidade dos territórios além do espaço de produção agrícola. Foram incluídos resumos que discutiram o ambiente rural e interseccionalidade, totalizando 67 artigos. Através do software Iramuteq, na análise de similitude, as palavras ‘rural’, ‘woman’, ‘gender’, ‘social’ e ‘health’ aparecem como importantes conectores. Evidenciou-se que as investigações avaliadas podem compor uma práxis com movimentos sociais do campo. Conclui-se que diferentes eixos de opressões são analisados sob a ótica da interseccionalidade no rural, especialmente gênero, classe, etnia e raça, dialogando com diferentes expressões dos movimentos sociais do campo.

Palavras-chaves

Interseccionalidade; Ruralidade; Práxis; Movimentos sociais.

Intersectionality and the rural environment: a systematic review (2018-2022) to dialogue with rural social movements

Abstract

A systematic review on intersectionality in rurality is presented. The concept "rural" considers the multifunctionality of territories beyond the space of agricultural production. Abstracts that discussed the rural environment and intersectionality were included, totaling 67 articles. Through the Iramuteq software, in the similarity analysis, the words 'rural', 'woman', 'gender', 'social' and 'health' appear as important connectors. It was evidenced that the researches evaluated can compose a praxis with social movements in the field. It is concluded that different axes of oppression are analyzed from the perspective of intersectionality in the rural environment, especially gender, class, ethnicity, and race, dialoguing with different expressions of social movements in the field.

Keywords

Intersectionality; Rurality; Social movements; Praxis.



Artigo recebido em março de 2023

Artigo aprovado em maio de 2023

Introdução

A perspectiva de analisar a intersecção de múltiplos fatores de opressão é um cenário crescente e defendido como um aspecto essencial a ser considerado para garantir os direitos humanos, especialmente para os grupos mais oprimidos (CRENSHAW, 2002; SILVA & MENEZES, 2020). A inclusão dos territórios marginalizados como um desses fatores também vem ganhando destaque em pesquisas científicas (CORRÊA, 2021; HELENE, 2021; NUNES, 2021). Nesse mesmo sentido, os ambientes rurais são historicamente colocados à margem de políticas de desenvolvimento social (DELGADO et al., 2013; KUMMER, 2021), apresentando particularidades como causa de desigualdades sociais (LUSA, 2012; SILVA, 2008).

O rural se apresenta então como um espaço que molda e ao mesmo tempo é moldado pelas relações sociais. Mesmo sem a necessária utilização do conceito da interseccionalidade, estudos feministas vêm contribuindo sobre uma leitura mais contextualizada dos espaços rurais, evidenciando arranjos específicos desses territórios na construção de estruturas de opressão (FISHER, 2006; GOMES et al., 2016; LITTLE & PANELLI, 2003; SUÁREZ, 2008). Ao mesmo tempo, a crescente utilização da interseccionalidade tem se mostrado muito útil para compreender as múltiplas e simultâneas relações de opressões (COLLINS & BILGE, 2021; KYRILLOS, 2020).

Existe uma conexão entre a interseccionalidade e os movimentos sociais. Em que tensões protagonizadas pelas práticas de movimentos sociais impulsionam pesquisas interseccionais pela ciência (CRENSHAW, 2002) e a investigação crítica auxilia os movimentos a reconhecerem e compreenderem níveis de opressão entre oprimidos

e recorrem à interseccionalidade para orientar suas ações (COLLINS & BILGE, 2021). Esta revisão se mostra capaz de levantar pontos que se comunicam com o histórico de movimentos sociais e tem o potencial de evidenciar os pontos interseccionais tanto para mobilizar ações sociais como para expor que a ação de movimentos gera conteúdo para pesquisas ligadas à interseccionalidade nestes territórios.

Esse trabalho busca fazer uma análise das contribuições acadêmicas sobre a abordagem interseccional acerca do ambiente rural, identificando quais são os eixos de opressão analisados e a natureza desses trabalhos. Especificamente, essa revisão tem como objetivo responder às perguntas sobre o quê, onde e em qual aspecto essas pesquisas se concentram dentro do tema da interseccionalidade no meio rural, assim como identificar a relação deste resultado na práxis de movimentos sociais do campo.

O artigo se divide em três seções. A primeira apresenta e discute os conceitos de interseccionalidade, do rural e a relação destes com os movimentos sociais; a segunda descreve o percurso metodológico, que se inspirou nas recomendações Prisma (*Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses*) (MOHER et al., 2009) e na revisão bibliométrica (ARAÚJO, 2006), e os instrumentos utilizados para essa revisão, em especial o software Iramuteq⁴ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*); e, finalmente, a terceira seção apresenta os resultados fazendo considerações, analisando-os e conectando-os com exemplos de movimentos sociais do campo.

Interseccionalidade e rural: uma breve apresentação dos conceitos abordados

Nesta seção são apresentados os dois conceitos escolhidos para realizar essa pesquisa: interseccionalidade (tópico 1.1), rural (tópico 1.2) e um terceiro tópico conectando estes aos movimentos sociais do campo (tópico 1.3).



Múltiplas opressões por ser/estar: o conceito de interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade surge na intenção de compreender e superar as múltiplas e simultâneas formas de opressão que recaem em certas categorias sociais (COLLINS & BILGE, 2021; CRENSHAW, 1989). Contudo, é importante ressaltar que o entendimento e as estratégias que lidam com essa complexidade não nascem com a construção do conceito. Vem de muito antes e é estruturado a partir dos movimentos sociais, especialmente do feminismo negro (COLLINS & BILGE, 2021; KYRILLOS, 2020).

Collins e Bilge (2021) descrevem, por exemplo, as pautas defendidas pela indiana Pavitri Phule (1831-1897), no século XIX, que utilizava os fundamentos da interseccionalidade, mesmo sem o uso do termo. Sueli Carneiro (2017, apud KYRILLOS, 2020) afirma que nunca usou o termo interseccionalidade em seus escritos por entender que o sentido do conceito já estava presente em outros textos dela e de outras mulheres negras de sua geração. Kyrillos (2020) aponta a importância de entender que a interseccionalidade parte de fora para dentro da academia, evitando o apagamento da história das mulheres e dos movimentos que antecederam a conceituação.

O artigo de Crenshaw (1989) é um dos primeiros documentos em que o conceito de interseccionalidade é apresentado (KYRILLOS, 2020). Partindo dos estudos de mulheres negras, Crenshaw (1989) aponta uma problemática de pesquisas estruturadas em um único eixo de subordinação (*single-axis framework*) — o que traz a limitação da análise da investigação, pois estas acabam se dando a partir das experiências dos grupos dominantes. Dessa forma, em grande medida, a teoria feminista se pauta nas vivências das mulheres brancas, e a política antirracista a partir das experiências da classe média negra ou dos homens negros (CRENSHAW, 1989).

Crenshaw (ibid.) aponta que a estrutura analítica estabelecida a partir de um único eixo de opressão é incapaz de abordar a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas, tendo em

vista que a experiência interseccional é maior do que a simples soma do racismo e do sexismo, por exemplo. A autora discute que os tribunais, o movimento feminista e os pensadores de direitos humanos negam tanto a particularidade da situação das mulheres negras como também não enxergam o poder de influência dessas experiências para tratar de questões das classes mais amplas de mulheres e negros.

Em seu estudo crítico sobre os antecedentes da interseccionalidade, Kyrillos (2020) entende que esse conceito é um importante instrumento de pesquisa científica sobre os processos que ocorrem nas relações de opressão. Crenshaw (1989) defende que a agenda teórica e política de estudos que visem compreender as opressões deve partir dos quadros mais oprimidos, argumentando inclusive que avanços realizados para tal grupo traria benefícios para todos os outros. Esse entendimento pode ser visto ainda no conceito de interseccionalidade apresentado por Collins e Bilge (2021):

em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (n.p.).

Crenshaw (1989; 2002) argumenta que um consenso político centrado na luta pelos mais desfavorecidos não irá acontecer logo. Contudo, a busca por esse ponto de partida traz importantes resultados ao olhar de maneira crítica para a problemática atual das estratégias contra as discriminações.

Caminho da roça: o conceito rural na contemporaneidade

O conceito de rural, podendo também ser ruralidade, é complexo e amplo, apresentando definições variadas que se moldam nos momentos históricos em que são formulados (ARAÚJO, 2015; DELGADO et al., 2013).

O processo de globalização proporcionou mudanças no desenvolvimento da produção e ampliação da urbanização com todas as suas consequências. Esse cenário faz com que alguns autores considerem a definição do espaço rural para além do corte setorial da produção agrícola, levando em consideração a multifuncionalidade desses territórios (BONNAL et al., 2004; DELGADO et al., 2013; KAY, 2007; SANTOS & LIMA, 2020). Contudo, os critérios para avaliação do que é ou não é rural pelos órgãos governamentais ou outras instituições nacionais ou internacionais incorporaram apenas parte dessas outras dimensões do rural. Essa abordagem faz com que muitas vezes o urbano seja o ponto central das ações dos estados e da sociedade em geral, nos quais os projetos de desenvolvimento para o rural sejam marginalizados (DELGADO et al., 2013).

Fica evidente que o fomento à urbanidade em detrimento dos territórios rurais amplia a diferenciação destes, criando particularidades na organização social desses espaços, em que o rural se encontra muitas vezes distantes de alcançar certas metas apresentadas como direitos humanos (LUSA, 2012; SILVA, 2008). Kummer (2021) argumenta que esse processo não é ocasional ao apontar que “o desenvolvimento do capitalismo e sua estruturação urbana dependem da dissolução rural em seus valores comunais e não comerciais, engajando indivíduos nas perspectivas urbana”. Nesse sentido, o conceito apresentado pela autora Araújo (2015) corrobora sobre a importância de olhar para o rural em sua complexidade:

a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. (p. 43).

Entender a ruralidade para além da dualidade campo-cidade vem emergindo nos estudos sociais e geográficos (ARAUJO, 2015; DIRVEN et al., 2011). As autoras Gomes et al. (2016) afirmam que “mais do que

o palco onde a vida acontece, os contextos rurais constituem-se como agenciadores de modos de vida”, apontando que os territórios rurais apresentam particularidades que condicionam as práticas sociais.

Compreender como essas práticas funcionam dentro do contexto rural se torna fundamental para realizar pesquisas e políticas públicas mais assertivas ao levar em consideração a diversidade do espaço rural, suas múltiplas configurações e os sistemas de opressões nele encontrados (FISHER, 2006; GOMES et al., 2016; LITTLE & PANELLI, 2003; SUÁREZ, 2008), evidenciando a importância de se considerar pesquisas com lentes interseccionais para esses territórios.

Interseccionalidade e movimentos sociais: uma via de mão dupla

A relação entre a interseccionalidade e os movimentos sociais é mútua. As autoras Collins & Bilge (2021) e Kyrillos (2020) enfatizam que o surgimento do conceito de interseccionalidade provém das experiências dos movimentos sociais, que visibilizaram e evidenciaram a demanda de uma visão mais ampla acerca das múltiplas opressões sobre as minorias, mulheres negras, enquanto o desenvolvimento científico do interseccional permitiu fundamentar e fortalecer diferentes grupos de movimentos sociais (CRENSHAW, 2002).

Através da práxis, os movimentos sociais relacionam o saber e o fazer, interconectam teoria e prática sem necessariamente se utilizarem do termo em si, bem como o próprio movimento negro feminista no Brasil (CARNEIRO, 2017; GONZALEZ, 2020), que antes mesmo de mencionar o brado da palavra sempre se utilizou das ideias que a compõe. Conforme a premissa básica de Collins & Bilge (2021), a práxis da interseccionalidade se apresenta desta forma enquanto também é uma maneira de investigação crítica envolvida nos estudos do seu próprio conceito.

No rural os movimentos sociais do campo têm se utilizado da estrutura interseccional para se balizarem e desenvolverem suas lutas. A Marcha das Margaridas é um exemplo vivo de uma mobi-

lização nacional de mulheres do campo, floresta e águas. A marcha leva em consideração as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, como gênero, raça e classe social. As pautas incluem a luta contra a violência doméstica, o acesso à terra, questões trabalhistas, o combate ao racismo e à LGBTfobia, entre outras e traz o território rural como um forte fator de opressão (AGUIAR, 2016). Fica evidente a utilização interconectada de diversas formas de opressão fundamentando os elencos deste movimento, referência das ideias interseccionais, ao passo que o termo interseccionalidade não é evidenciado pelo movimento, não aparece por exemplo em estudos importantes sobre o movimento da Marcha das Margaridas, como “Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas” de Aguiar (2016) e “A marcha das margaridas: resistências e permanências” de Silva (2008).

Compreende-se que a busca por relacionar pesquisas científicas no âmbito da interseccionalidade com os movimentos sociais do campo se torna uma maneira de refletir e analisar a práxis de tal conceito. A apresentação dessa revisão sistemática é colocada então como um passo relevante para, além de compreender os caminhos trilhados nos últimos anos na pesquisa, aproximar o debate científico com a realidade dos movimentos sociais.

Percurso metodológico

Como estrutura de orientação para essa revisão sistemática optou-se por uma adaptação das recomendações PRIMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (MOHER et al., 2009) e de uma revisão bibliométrica (ARAÚJO, 2006), com o objetivo de identificar os aspectos analisados por pesquisas científicas que abordam a interseccionalidade dentro dos ambientes rurais.

A busca de dados foi realizada nas bases de dados eletrônicas: Scopus; Taylor & Francis; e Portal de Periódico da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os critérios de seleção incluíram artigos publicados em revistas científicas (artigos revisados por pares) compreendendo os anos de 2018 até 2022, que apresentassem resumos em inglês e acesso livre (*open access*). Foram utilizados os seguintes termos de busca com operadores booleanos: (*intersectionality* OR *interseccionalidade*) AND (*rural*), que estivessem incluídos no título, resumo e/ou nas palavras-chave.

Foram analisados apenas os resumos dos artigos. Os registros repetidos foram eliminados, assim como os registros que não foram apresentados no formato de artigo científico. Dentro desse resultado os fatores de exclusão para elegibilidade final dos artigos foram: i) não discutir de maneira explícita o ambiente rural; ii) não abordar a interseccionalidade.

A partir das leituras dos resumos foram sistematizados os fatores de opressão pesquisados pelo artigo e o país da coleta de dados. Para auxiliar a análise textual, os resumos foram processados por meio do software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Iramuteq), software que utiliza o ambiente estatístico do software R. A análise estatística é realizada a partir de um corpus textual (SALVIATI, 2017).

O corpus desse artigo foi formado pelos resumos dos trabalhos considerados elegíveis para a revisão sistemática. A análise no software Iramuteq foi executada na língua inglesa. Neste software foi utilizada a análise de similitude de palavras – que apresenta uma imagem baseada na teoria dos grafos, auxiliando no estudo das relações entre as palavras na base de dados (*corpus*) (SALVIATI, 2017).

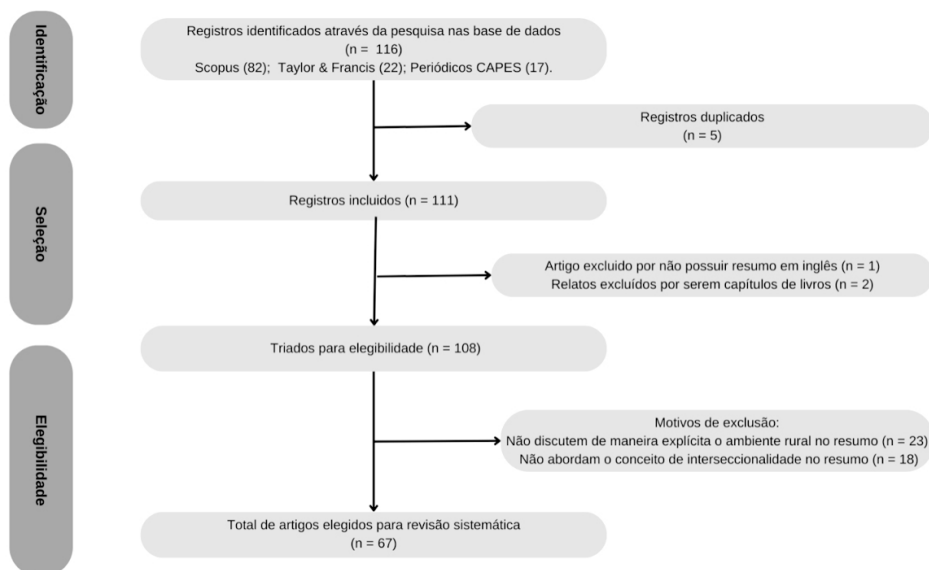
Resultados e discussões

A partir da busca de dados foram encontrados um total de 116 registros. A plataforma Scopus apresentou a maior frequência (82 registros), seguido pela Taylor & Francis (22 registros) e pelo portal de Periódicos da Capes (17 registros). Destes, foram eleitos 67 artigos cien-



tíficos. A Figura 1 exibe o fluxograma desse processo, com base no modelo apresentado pela recomendação Prisma (MOHER et al., 2009). O Quadro 1 apresenta o nome dos artigos selecionados e a numeração que cada um recebeu para construção do corpus textual e para utilização de referência nesse artigo.

Figura 1: Fluxograma de identificação e seleção dos artigos para revisão sistemática sobre interseccionalidade rural



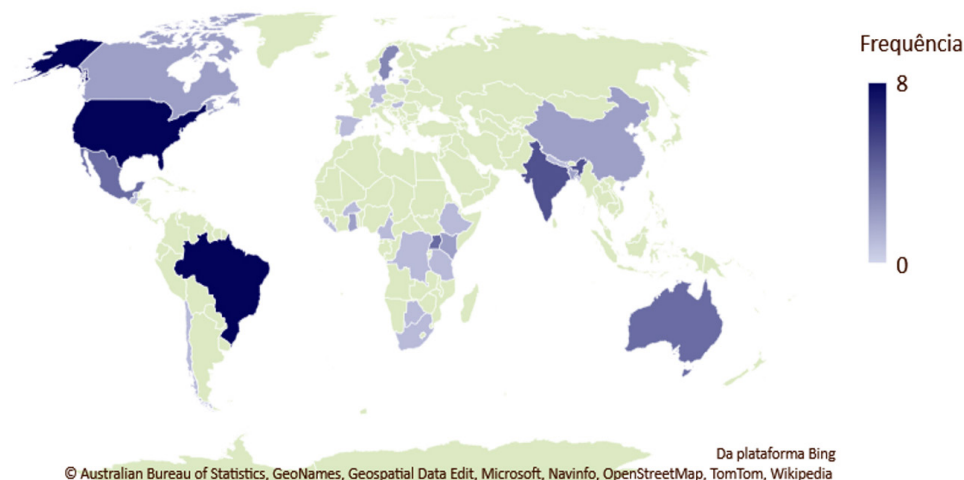
Fonte: Elaborado pelos autores (2023), com base no fluxograma do Prisma.

Dentre os anos avaliados (2018 a 2022), o ano de 2021 foi o ano que teve o maior número de publicações eleitas para esta revisão (17 artigos) e 2018 possuiu o menor (10). Os periódicos com maior frequência de publicação foram *Journal of Rural Studies* (5 publicações), *International Journal for Equity in Health* e *International Journal of Environmental Research and Public Health* (ambos com 4 publicações).

Os estudos abrangeram 31 países diferentes, excluindo-se o artigo de número 42, que utilizou dados de 88 países diferentes, e o

artigo de número 64, que faz um debate contextualizado na América Latina. Os países com maior ocorrência de pesquisas foram: Brasil (8), Estados Unidos da América (8) e Índia (5). Houve investigações em todos os continentes do globo, como pode ser visto no Gráfico 1, com destaque para África, onde a coleta e/ou análise de dados foram realizadas em 13 países diferentes.

Gráfico 1 - Países de origem dos dados coletados

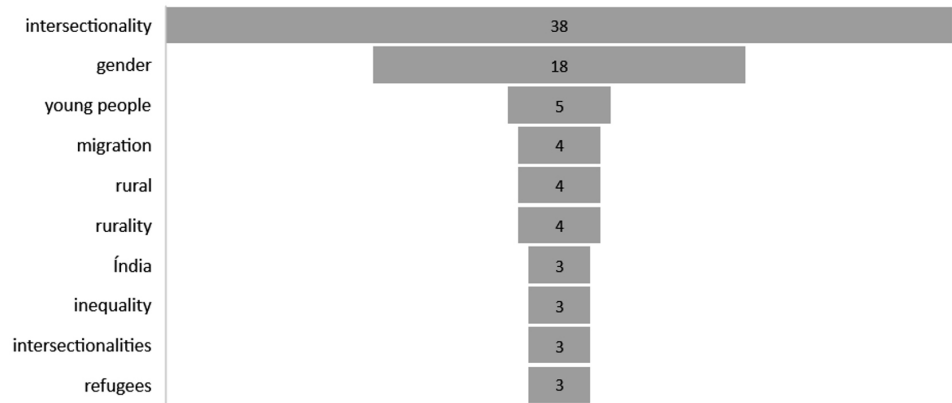


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Destaca-se que a inclusão de uma base de dados coordenada pelo Brasil, o portal de periódicos da Capes, apresentou cinco artigos inéditos para o país, assim como três estudos no México, sendo um também no Chile, além do artigo 64, que discute a América Latina. Importante mencionar que a inclusão de outras bases de dados originária de outros países e regiões pode alterar significativamente a distribuição dos territórios analisados.

Foram contabilizadas 272 palavras-chave diferentes descritas pelos autores. O Gráfico 2 apresenta as com frequência maior do que 2 (dois).

Gráfico 2 - Palavras-chaves com frequência maior que 2 (dois)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quadro 1 – Artigos incluídos na revisão sistemática

N	Título	N	Título
1	Gender inequalities in the sale of handmade corn tortillas in central Mexican markets: before and during the COVID-19 pandemic	35	Where elephants roam: Perceived risk, vulnerability, and adaptation in the okavango delta
2	Association of Race, Ethnicity, and Rurality with Major Leg Amputation or Death among Medicare Beneficiaries Hospitalized with Diabetic Foot Ulcers	36	How does water information flow? Intersectionality in water information networks in a rural Ugandan community
3	Beyond the 'Feminization of Agriculture': Rural out-migration, shifting gender relations and emerging spaces in natural resource management	37	Violations of the right to the city for women with disabilities in peripheral rural communities in Hungary
4	Caste and COVID-19: Psychosocial disparities amongst rural Indian women during the coronavirus pandemic	38	Selling Motherhood: Gendered Emotional Labor, Citizenly Discounting, and Alienation among China's Migrant Domestic Workers
5	The Survey of the Health of Wisconsin (SHOW) Program: An Infrastructure for Advancing Population Health	39	Ethnic inequalities and trends in stunting prevalence among Guatemalan children: an analysis using national health surveys 1995-2014
6	Functional Disability Among Middle-Aged and Older Adults in China: The Intersecting Roles of Ethnicity, Social Class, and Urban/ Rural Residency	40	Interseccionalitat i estudis de gènere en geografia rural: Un estat de la qüestió (2008-2015)

7	Mapping sociodemographic and geographical differences in human papillomavirus non-vaccination among young girls in Sweden	41	Remedying food policy invisibility with spatial intersectionality: A case study in the detroit metropolitan area
8	We have no power over perceptions': the lived experiences of women with disabilities in a rural South African community	42	Socioeconomic inequalities in access to skilled birth attendance among urban and rural women in low-income and middle-income countries
9	Embracing challenging complexity: exploring handwashing behavior from a combined socioecological and intersectional perspective in Sierra Leone	43	(De)politicising pregnancy-related risk: gender and power in media reporting of a maternity ward closure
10	The intersectional impact of sex and social factors on subjective health: analysis of the Canadian longitudinal study on aging (CLSA)	44	Food sources and access strategies in Ugandan secondary cities: an intersectional analysis
11	An intersectional analysis of the composite index of anthropometric failures in India	45	The anti-fracking movement and the politics of rural marginalization in Lithuania: intersectionality in environmental justice
12	Empowerment or employment? Uncovering the paradoxes of social entrepreneurship for women via Husk Power Systems in rural North India	46	Maria Boa: Women, prostitution, and the queer subject in northeastern Brazil
13	Article disparities in hiv clinical stages progression of patients at outpatient clinics in Democratic Republic of Congo	47	Gendered perception and vulnerability to climate change in urban slum communities in Accra, Ghana
14	Challenges to building social capital through planned adaptation: Evidence from rural communities in Bangladesh	48	Health care equity and access for marginalised young people: A longitudinal qualitative study exploring health system navigation in Australia
15	"Da Igreja à luta": trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná	49	A portfolio analysis of culturally tailored trials to address health and healthcare disparities
16	Temporality and space in highly skilled migrants' experiences of education and work in the rural north of Sweden	50	Analyses of inequalities in RMNCH: Rising to the challenge of the SDGs
17	"There Isn't Really Anything around Here ...": Autism, Education and the Experience of Families Living in Rural Coastal England	51	Family homelessness in regional and urban contexts: Service provider perspectives
18	Barriers to Accessing Health Care as a Sexual or Gender Minority Individual in the Rural Southern United States - A Qualitative Intersectional Approach	52	Youth, mobilities and multicultures in the rural Anglosphere: positioning a research agenda
19	Intersectional knowledge as rural social innovation	53	Influence of demographic characteristics and social network on peri-urban smallholder farmers adaptation strategies - evidence from southern Ghana





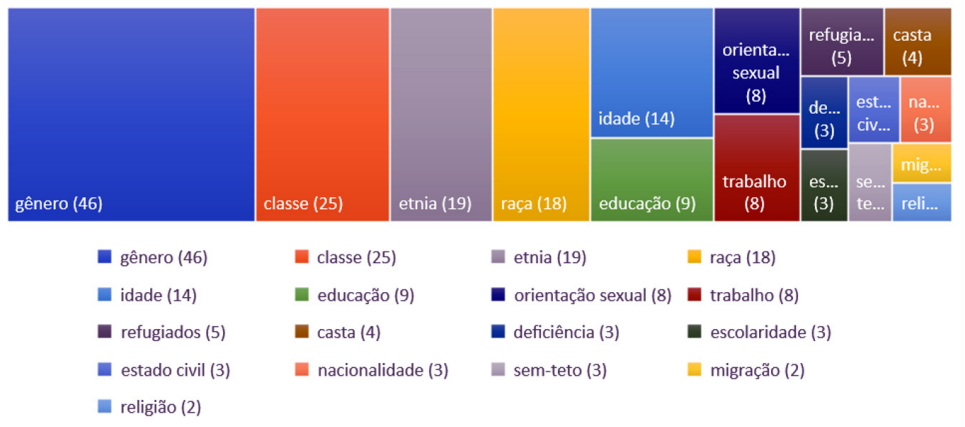
20	The Challenges of Intersectionality in the Lives of Older Adults Living in Rural Areas with Limited Financial Resources	54	To be young, unmarried, rural, and female: intersections of sexual and reproductive health and rights in the Maldives
21	Intersectional structural vulnerability to abusive policing among people who inject drugs: A mixed methods assessment in California's central valley	55	Youth engagement in sweetpotato production and agribusiness: the case of Northern Uganda
22	Migrant Care Workers at the Intersection of Rural Belonging in Small English Communities	56	Gender, place, and agricultural extension: a mixed-methods approach to understand farmer needs in Liberia
23	Is Social Contact With the Resident Population a Prerequisite of Well-Being and Place Attachment? The Case of Refugees in Rural Regions of Germany	57	Smallholder farmers' use of mobile phone services in central Kenya
24	Ecofeminismo interseccional e decolonial no direito brasileiro: A Nova Política Estadual de Segurança de Barragens de Minas Gerais	58	Sexual and reproductive health and rights of "last mile" adolescents: a scoping review
25	Intersectionality: Social marginalisation and self-reported health status in young people	59	Interseccionalidade e transversalidade na previdência rural para mulheres: uma perspectiva de gênero
26	Barriers to uptake of reproductive information and contraceptives in rural Tanzania: An intersectionality informed qualitative enquiry	60	"Tudo se mistura porque está tudo no mesmo patamar": cenas violentas na escola contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades
27	Understanding the intersection of race/ethnicity, socioeconomic status, and geographic location: A scoping review of U.S. consumer food purchasing	61	Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração
28	The invisible among the marginalised: Do gender and intersectionality matter in the Covid-19 response?	62	Seguridad energética e interseccionalidad de género en Zacatecas, México
29	Solidarities from Below in the Making of Emancipatory Rural Politics: Insights from Food Sovereignty Struggles in the Basque Country	63	Co-educación desde la perspectiva de la diversidad de género, étnico-racial, de clase, lengua y orientación sexual para América Latina. Contribución a la descolonización y despatriarcalización de la educación
30	Intersecting inequalities, gender and adolescent health in Ethiopia	64	Interseccionalidad y condicionantes sociales de la salud: una aproximación teórico-metodológica sobre el efecto del estigma en la vida de mujeres con VIH/sida en Chiapas.
31	The bat meat chain and perceptions of the risk of contracting Ebola in the Mount Cameroon region	65	Divergencias en la feminización del campo: un análisis interseccional de las mujeres rurales en México y Chile
32	Intersecting and dynamic gender rights to néré, a food tree species in Burkina Faso	66	Mulheres no mercado de trabalho do magistério superior

33	Bridging youth and gender studies to analyse rural young women and men's livelihood pathways in Central Uganda	67	Gênero e trabalho doméstico e comunitário um debate a partir das organizações econômicas de mulheres rurais da zona da mata mineira (MG, Brasil).
34	Sociolinguistics and modes of social class signalling: African perspectives		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da leitura analítica dos resumos, foi identificado 30 fatores de opressão apresentados e investigados nos artigos, para além da origem ou moradia no ambiente rural (presente em todos). O Gráfico 3 apresenta os 17 eixos que aparecem em mais de 1 artigo. Os números entre parênteses são em referência a quantidade de artigos que utilizaram esse fator de opressão.

Gráfico 3 – Eixos de opressão analisados em pelos menos dois artigos



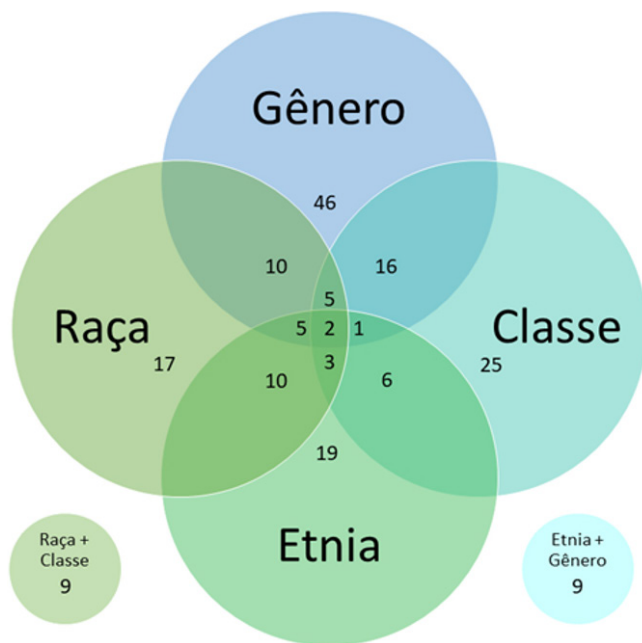
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nota-se a liderança das questões de gênero, classe, etnia e raça nas pesquisas analisadas, apresentando respectivamente 46, 25, 19 e 18 artigos que utilizaram tais categorias nos estudos realizados. Esse resultado corrobora com as observações feitas por pesquisadoras do conceito de interseccionalidade quando apontam que gênero, classe e raça são a tríade mais comum na produção das desigualdades (NOGUEIRA, 2015, apud SILVA & MENEZES, 2020; PISCITELLI, 2008).

Há ainda outros 12 eixos de opressão que foram identificados, mas que só aparecem em apenas um estudo. São eles: ação política; autismo; clima; cultura; encarceramento; experiência agrícola; favelas; filhos; HIV/DST; idioma; maternidade; regionalismo (intranacional); e sistema de poder local.

A partir desse cenário, fez-se uma análise sobre quais fatores estavam sendo interseccionados com a questão rural nos artigos levantados. Esses resultados estão sintetizados na Figura 2.

Figura 2 - Diagrama dos fatores de opressão interseccionados com o rural.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Observa-se que os eixos mais interseccionados entre si foram classe e gênero, apresentando 16 artigos que incluíram ao menos estes dois eixos em suas análises. Há ainda 2 artigos que consideram os quatro fatores de opressão (gênero, raça, classe e etnia).

Sobre a quantidade de fatores a ser considerado pelos pesquisadores, Warner (2008) faz um debate sobre a impossibilidade de

se abordar todos os eixos de opressão ao mesmo tempo, mas que após a escolha feita pelo(a) pesquisador(a). A autora defende que é necessário criar condições e observar se novos eixos de opressões emergem a partir do estudo em curso. Apesar desta revisão não ter analisado os motivos da escolha dos eixos de opressão, os estudos que utilizam a lente da interseccionalidade no meio rural seguem a tendência de buscar compreender a conexão e o efeito de diferentes causas combinadas de desigualdades. Outro exemplo disso é a variedade de eixos de opressões identificados (30 fatores diferentes).

A partir da análise de similitude (Figura 3) pode-se observar mais uma vez a questão de gênero (gender) como um dos aspectos centrais na construção dos resumos analisados. Nesse núcleo é que as questões de raça (*race*) e etnia (*ethnicity*) normalmente se interrelacionam, considerando ainda variáveis como idade (*age*) e o trabalho como agricultor(a) (*farmer*). A palavra ‘mulher’ (*woman*) aparece ainda em um núcleo diferente, mais relacionada com aspectos de direitos (*right*) e um recorte mais específico na questão da idade, a juventude (*young*).

Um resultado revelador desse grafo é a presença de um núcleo cujo a palavra com maior frequência é ‘saúde’ (*health*), indicando a presença considerável de estudos ligados à questões desse tema. Os outros métodos de análises não foram tão eficientes para auxiliar a identificação dessa característica nos estudos em interseccionalidade rural. As palavras-chave apresentam uma ampla diversidade, dispersando o tema e dificultando sua identificação. O mesmo padrão pode ser visto ainda na análise de similitude, quando palavras como paciente (*patient*) e deficiência (*disability*) se relacionam mais no corpus analisado com ‘rural’ do que com ‘saúde’, evidenciando essa dispersão dos termos e conceitos do tema.

Figura 3 - Análise de similitude do corpus analisado pelo Iramuteg



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao se discutir o direito à saúde em ambientes rurais, observa-se uma aproximação do debate com o direito aos benefícios normalmente encontrados nas cidades, evidenciando a fragilidade de se pensar exclusivamente na dicotomia urbano-rural, quando se pensa em direitos humanos, se aproximando do debate de Harvey (2008) sobre o direito à cidade como direito universal.

Conexões entre interseccionalidade e os movimentos sociais do campo

A retroalimentação entre a interseccionalidade e os movimentos sociais consiste na capacidade que ambos possuem de evidenciar os fatores de opressão de determinado território ou situação, assim como a partir desta observação influenciar ações. Essas ações seriam pesquisas no campo da investigação crítica e articulações de movimentos sociais no campo da práxis (CRENSHAW, 2002).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, é um movimento social que luta pela reforma agrária no Brasil. Embora esse movimento utilize a lente interseccional em sua análise, não utiliza o termo "interseccionalidade" em sua estrutura teórica, que tem como foco a luta de classes e por muito tempo se restringiu a esse fator de opressão (MAGRINI, 2013). Com a globalização e o surgimento e estabelecimento de movimentos sociais interseccionais influentes, o MST foi pressionado a incluir novas bandeiras de lutas transversais ao escopo de sua própria luta (ibid.), como foi o caso de questões de gênero ligadas ao feminismo que influenciou interna (SANTOS, 2019) e externamente (SCHWADE, 2012) o movimento a trabalhar essa pauta. Respectivamente, articulações internas das mulheres dentro do próprio MST, à luz da visibilidade de outras lutas feministas levaram à identificação das interseccionalidades que as acometiam e, externamente, diálogos com o MMM (Marcha Mundial das Mulheres), por exemplo, foram algumas das mãos que trouxeram para o Movimento dos Trabalhadores Rurais a bandeira "combate à violência sexista".

Em conexão com o presente trabalho é interessante observar que, conforme a Figura 2 (Diagrama dos fatores de opressão interseccionados com o rural) apresentou, os fatores de opressão mais relacionados nas análises dos estudos foram justamente gênero e classe (16), fatores que se interrelacionam no MST. Nesta revisão sistemática, gênero (citado 46 vezes) é a forma mais evidente dentre as demais e pode muitas vezes desencadear novas ligações interseccionais exatamente pela sua visibilidade, como no caso deste movi-

mento de reforma agrária que internalizou essa pauta por influência de grupos que lutam nessa temática de gênero.

Na Índia, em meados de 1990, mulheres em ambiente rural se reuniram para discutir seus problemas domésticos e formaram um forte movimento social rural de mulheres contra a comercialização de uma bebida alcoólica que elas consideraram geradora de problemas de saúde em suas famílias, e, conseqüentemente, problemas financeiros e sociais (PANDE, 2000). Essas mulheres ativistas se manifestaram, se envolveram politicamente em sua comunidade e não pararam após a resolução do problema que consideravam primordial. Seguiram agregando causas às suas lutas e tornando seu movimento casa vez mais interseccional, conforme se articulavam demandando questões de saúde e educação em função da marginalização do ambiente rural e do gênero (JOSEPH, 1995).

Este é mais um exemplo da interseccionalidade entre gênero e raça, muito conectados conforme a Figura 2, embora que traga uma nova perspectiva do contexto rural, que se apresenta como um fator de opressão quando configura situações problemáticas de saúde e educação. Na figura 3 (Análise de similitude do corpus analisado pelo Iramuteq), a saúde aparece fortemente conectada com o rural trazendo aspectos como “care” (cuidado/proteção) e “resource” (recurso), que se adequam bem ao cenário deste recorte, em que a falta de acesso a água potável se somava aos problemas de alcoolismo, ambos negligenciados pelo governo local, desencadeando esse poderoso movimento social (JOSEPH, 1995).

O Rural Women’s Movement (RWM) (Movimento das Mulheres Rurais), em KwaZulu-Natal na África do Sul, foi fundado por mulheres rurais que se reuniram para lutar contra a pobreza e a opressão que enfrentavam em suas comunidades. O movimento trabalha em questões relacionadas à terra, agricultura, direitos humanos, saúde, educação e gênero. O RWM luta contra a exclusão social e econômica das mulheres rurais e promove a igualdade de gênero, visto que

as mulheres rurais na África do Sul enfrentam desigualdades sociais e econômicas em função do sistema patriarcal e colonial que perpetua essas desigualdades (BARBOSA, 2011), o que pode ser relacionado com questões étnicas e raciais.

Este movimento apresenta diversos fatores de opressão interconectados: mulheres (gênero) rurais (território marginalizado) africanas negras (fator étnico e racial) lutando por direitos, trabalho, terra, saúde, educação e igualdade (social). Se conecta de muitas formas aos dados apresentados através da revisão feita neste documento, incluindo todos os fatores de opressão presentes na Figura 2 e se desenvolvendo em todos os pontos-chave em destaque na Figura 3. Essa ligação com os resultados aponta para uma interseccionalidade complexa, embora que não seja citado nas definições do movimento que ele tenha um viés interseccional por intenção.

Existem muitos movimentos sociais em consonância com a proposta teórico-metodológica interseccional. Como se pode observar, nem todos eles fazem uso da palavra nas descrições de suas lutas, mas muitos deles carregam a tentativa de incluir minorias e trabalham para agregar e não segregar. Alguns que antes mantinham movimentos mais restritos abrem suas mentes e portas para temas e pessoas marginalizados(as), pela influência que a existência de movimentos fortes exerce sobre a necessidade de acolher. Enquanto movimentos sociais estabelecidos provam sua natureza interseccional através do seu pioneirismo e protagonismo na jornada da interseccionalidade.

Esta seção destaca como os movimentos sociais mencionados são conectados através dos aspectos da interseccionalidade existente no território rural. Apesar desta revisão sistemática não se concentrar especificamente na conexão entre os movimentos sociais, a interseccionalidade e o território rural, ela tem a capacidade de estabelecer uma relação entre esses aspectos. Essa conexão permite uma discussão crítica sobre a pesquisa (esta revisão) em relação à práxis (exemplos de movimentos sociais do campo) e como elas se relacionam e

interagem entre si. A pesquisa revelou pontos em comum com a prática e, talvez, a prática tenha sido responsável por evidenciar a necessidade de pesquisas sobre o tema.

Considerações finais

Essa revisão sistemática evidenciou que diversos fatores de opressões estão sendo analisados sobre a ótica da interseccionalidade em diferentes lugares do mundo no ambiente rural, especialmente ao considerar os aspectos de gênero, classe, etnia e raça. A variedade de eixos de opressão identificados (30) corrobora com a indicação de Crenshaw (2002, p. 188) ao apontar a perspectiva de que diversas questões devem ser incluídas nesse campo da pesquisa à medida que diferentes autores(as) analisem as opressões de maneira relacionadas. A utilização de software Iramuteq se mostrou útil, evidenciando que as palavras ‘rural’, ‘social’, ‘gênero’, ‘mulher’ e ‘saúde’ formam os principais núcleos de conexão dentro dos resumos analisados.

O debate aqui realizado de que diferentes movimentos sociais utilizam a interseccionalidade como uma maneira de organização das respectivas lutas, mesmo sem a necessidade explícita da utilização do conceito. Isso se mostra de forma inversa nos resumos analisados, nos quais estes não evidenciam uma correlação entre os estudos da interseccionalidade realizados e os movimentos sociais. Contudo, as semelhanças apontadas nesta revisão sistemática evidenciam uma confluência de fatores que estão sendo observados, descritos e denunciados por investigações críticas e por movimentos sociais do campo, apresentando a possibilidade de melhor desenvolver a práxis no âmbito da interseccionalidade.

Referências

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261–295–261–295, 2016.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARAÚJO, T. B. Um novo olhar sobre o rural brasileiro e seus desafios. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (ORG.). *Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública*. Série Fórum DRS, v. 25. Brasília: IICA, 2015.

BARBOSA, V. de O. Mulheres rurais e lutas sociais no Brasil e na África do Sul. *Mujimbo: Revista de Estudos Étnicos e Africanos*, v. 2, p. 29-43, 2011.

BONNAL, P. et al. Multifonctionnalité de l'agriculture et nouvelle ruralité: une mise en perspective sur deux démarches de refondation des politiques publiques. In: *Les cahiers de la multifonctionnalité: politiques publiques et comparaison internationale*. Paris: INRA-CIRAD, 2004.

CARNEIRO, S. "Sobrevivente, testemunha e porta-voz". *CULT*, São Paulo, n. 223, p. 12-20, maio de 2017. (Entrevista concedida à Bianca Santana).

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, n.p. 2021.

CORRÊA, M. D. et al. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. *Saúde e Sociedade*, v. 30, 2021.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 2002

DELGADO, N. et al. Tipologias de ruralidade em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Série Fórum DRS, v. 21. Brasília: IICA, 2013.

DIRVEN, M. et al. *Hacia una nueva definición de "rural" con fines estadísticos en América Latina*. CEPAL, 2011.

FISCHER, I. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

GOMES, R. C. M. et al. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, p. 115-124, 2016.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, (53), pp. 23-40, 2008
- HELENE, D. et al. (ORG.). Dossiê território, gênero e interseccionalidades. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 23, 2021.
- JOSEPH A. Women against arrack. Organizing for change: India 1. *People Planet*, v. 4, n. 3, 1995..
- KAY, C. Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. *Icosos. Revista de Ciencias Sociales*. Num. 29, Quito, pp. 31-50, 2007.
- KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.
- KUMMER, R. Ruralidade e Teoria Social: representação social como possibilidade de análise. *Revista IDeAS*, v. 15, n. 1, 2021.
- LITTLE, J.; PANELLI, R. Gender research in rural geography. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 10, n. 3, p. 281-289, 2003.
- LUSA, M. G. A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. Tese (Doutorado em Serviço Social) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- MAGRINI, P. R.; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 13-37, 2013.
- MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the Prisma statement. *Annals of internal medicine*, v. 151, n. 4, p. 264-269, 2009.
- NUNES, N. R. A. *Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. Revista em pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 19, n. 47, 2021.
- PANDE, R. From anti-arrack to total prohibition: the women's movement in Andhra Pradesh, India. *Gend Technol Dev*, v. 4, n. 1, 2000.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008.
- SALVIATI, M. E. *Manual do aplicativo Iramuteq: compilação, organização e notas*. Planaltina, DF, 2017.
- SILVA, B. G. da. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, R. A. da; MENEZES, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e práticas psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020.

SANTOS, I. A. F. dos et al. *"Sem mulher a luta vai pela metade"*: mulheres, feminismo e política no MST. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

SANTOS, J. dos; LIMA, C. M. DE. Análise da nova ruralidade nas sociedades modernas na perspectiva do desenvolvimento local. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 2, p. 962-974, 2020.

SCHWADE, E. et al. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. *Revista Sociais e Humanas*, v. 25, n. 2, p. 221-230, 2012.

SILVA, M. A. M. Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 27, n. 1, p. 29-42, 2008.

SUÁREZ, N. C. Processos y dinâmicas rurales. Una lectura desde el enfoque de género. *Revista Luna Azul*, n. 27, p. 94-103, 2008.

WARNER, L. R. A Best Practices Guide to Intersectional Approaches in Psychological Research. *Sex Roles*, 59, 454-46, 2008.

Notas

- 1 Bacharel em Ciências Ambientais. Mestrando em Extensão Rural pelo Depto. de Economia Rural/PPGER/UFV. N° Orcid: 0000-0002-2384-456X. E-mail: mame-de.ambientais@gmail.com
- 2 Gestora Ambiental. Graduanda em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa. N° Orcid: 0009-0009-0603-4133. E-mail: sblfreire@gmail.com.
- 3 Doutora em Comunicação pela UFF. Profa. Depto. Economia Rural/PPGER/UFV. N° Orcid: 0000-0001-5162-4719. E-mail: ivonetelopes@ufv.br
- 4 Iramuteq é um software livre com interface R que possibilita a análise qualitativa de textos e processamento multidimensionais de dados como lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras) e análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude).

